



A *Edda* nórdica relata que Odin “não bebia nada além de vinho”, destacando, ademais, que ele se alimentava, exclusivamente, da bebida produzida na fermentação dos frutos da *vitis vinifera*, fato que pode soar deveras estranho, pois, salvo melhor juízo, não havia produção de vinhos que fosse digna de nota ao norte do paralelo 60° ao tempo em que os *vikings* buscavam alcançar os prazeres ocultos em Asgard, morrendo com bravura em *Midgard*.

Hoje, proporcionalmente, sabe-se que muito menos pessoas morrem de fome, o que não quer dizer que a humanidade não deva se preocupar com isso e, evidentemente, havendo interesse, a política encontrará no Direito seu instrumental mais adequado.

São, sem dúvida, muitas as conexões entre Direito e Comida; conexões exploradas com muito tempero e carinho ao largo deste livro.

FLAVIA TRENTINI
PATRÍCIA BRANCO
MARCOS CATALAN

Coordenadores

DIREITO E COMIDA

DO CAMPO À MESA: CIDADANIA,
CONSUMO, SAÚDE E EXCLUSÃO SOCIAL

Prólogo

Ana Carretero García

Área específica da obra

Direito à Saúde

Áreas afins do livro

Direito à Saúde, Direito Agrário, Direito Ambiental,
Sociologia, Direito do Consumidor.

Palavras-chave

alimentação, comida, cidadania, consumo, saúde,
exclusão social

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003374

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D598	Direito e comida: do campo à mesa: cidadania, consumo, saúde e exclusão social / coordenado por Flavia Trentini, Patrícia Branco, Marcos Catalan. - Belo Horizonte : Fórum Social, 2023. 482 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-511-9
2022-2696	1. 2. Direito à Saúde. 3. Direito Agrário. 4. Direito Ambiental. 5. Sociologia. 6. Direito do Consumidor. 7. Alimentação. 8. Comida. 9. Cidadania. 10. Consumo. 11. Saúde. 12. Exclusão social. I. Trentini, Flavia. II. Branco, Patrícia. III. Catalan, Marcos. IV. Título.
	CDD 333 CDU 634.41

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TRENTINI, Flavia; BRANCO, Patrícia; CATALAN, Marcos (coord.). *Direito e comida: do campo à mesa: cidadania, consumo, saúde e exclusão social*. Belo Horizonte: Fórum Social, 2023. 482 p. ISBN 978-65-5518-511-9.

Flavia Trentini

Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pela Scuola Superiore Sant'Anna di Studi Universitari e Perfezionamento. Pós-doutorado em Administração/Economia das Organizações (FEA/USP). É Livre Docente em Direito Agrário pela FDRP-USP. Professora na FDRP-USP.

Patrícia Branco

Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutora em Sociologia do Direito, no âmbito do programa "Direito, Justiça e Cidadania no século XXI". Professora nos programas de doutoramento Sociology of the State, Law and Justice e Pós-Colonialismos e Cidadania Global, no CES-UC/FEUC.

Marcos Catalan

Doutor *summa cum laude* pela Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor no PPG em Direito e Sociedade da Universidade LaSalle. Estágio pós-doutoral no Mediterranean International Center for Human Rights Research (2020-2021). Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Advogado parecerista.

SUMÁRIO

PRÓLOGO

Ana Carretero García	17
-----------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

ISSO RENDE UM BOM CALDO

Flavia Trentini, Patrícia Branco, Marcos Catalan	21
---	----

CIDADANIAS E IDENTIDADES: UMA QUESTÃO DE COMIDAS?

Patrícia Branco	25
1 Introdução	25
2 Cidadania?.....	27
3 A construção do sentimento de pertença	29
4 O bom migrante <i>versus</i> o mau migrante	34
5 Cidadãos sem cidadania? As questões da fome, da agência e da soberania alimentar	37
6 Conclusões: a multiplicidade e dinamicidade das identidades e da cidadania.....	41
Referências.....	43

DERECHO A LA ALIMENTACIÓN DE LAS INFANCIAS EN EL MARCO DE NACIONES UNIDAS Y EL SISTEMA INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS

María Adriana Victoria	47
1 Introducción.....	47
2 Acerca de las infancias.....	48
2.1 Pobreza en la infancia.....	50
2.2 Necesidad de sistemas alimentarios pro infancia	53
3 Derecho a la alimentación.....	55
3.1 Características	56
3.2 <i>Corpus iuris</i>	56
3.3 <i>Soft law</i>	56
3.4 <i>Hard law</i>	61
4 Reflexión	68
Referencias	68

ASPECTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ADEQUADAS

Miriam Villamil Balestro Floriano	73
1 Introdução	73
2 Breve histórico	76
3 Proteção jurídica internacional do DHANA	80
3.1 Obrigações dos Estados à luz do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).....	90
3.2 Formas de exigibilidade do DHANA.....	93
4 Noções de obrigações extraterritoriais relativas aos DESC.....	98
5 Conclusão	103
Referências.....	105

EL DERECHO A UNA ALIMENTACIÓN SALUDABLE EN ARGENTINA: INFORMACIÓN, ETIQUETADO FRONTAL DE ALIMENTOS, *MARKETING* ALIMENTARIO Y EDUCACIÓN AL CONSUMIDOR

Julieta Trivisonno	109
1 Alimentación y derecho del consumidor.....	109
2 El derecho a una alimentación adecuada y saludable en el sistema internacional de derechos humanos y en el derecho argentino.....	111
3 La noción de alimento como producto elaborado y su visión desde el derecho del consumidor	116
4 La información proporcionada al consumidor alimentario y el etiquetado frontal de alimentos	120
4.1 El etiquetado frontal de alimentos: los diversos sistemas.....	124
4.2 El contexto latinoamericano y la decisión de Argentina en la Ley 27.642	126

5	<i>Marketing</i> alimentario y prácticas comerciales prohibidas: limitaciones en materia de productos alimenticios en la Ley 27.642	129
5.1	Práticas prohibidas vinculadas al rotulado de alimentos que deban llevar un sello de advertencia	131
5.2	La publicidad, promoción y patrocinio de alimentos que contengan un sello de advertencia	133
6	Formación para una alimentación saludable y entornos educativos	135
7	Reflexiones finales	137
	Referencias	139

O NOVO MODELO DE ROTULAGEM ALIMENTÍCIA APROVADO NO BRASIL: NOTAS GESTADAS ENTREMEIO À FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO E A PROTEÇÃO NORMATIVAMENTE PROMETIDA AOS CONSUMIDORES

Marcos Catalan	143	
1 Ambientando a discussão	143	
2 Rótulos, embalagens e impulsos tanatológicos	146	
3 Notas críticas à Resolução de Diretoria Colegiada nº 429	149	
	Referências.....	158

APRIMORAMENTO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL DE ALIMENTOS COMO INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR

Simone Magalhães, Amanda Mattos Dias Martins	161	
1 Introdução	161	
2 Vulnerabilidade do consumidor e seu direito básico à informação na rotulagem de alimentos	163	
3 Histórico da regulamentação da rotulagem nutricional no Brasil	167	
3.1 Processo regulatório e as principais causas para a mudança da rotulagem nutricional dos alimentos	174	
4 Modificações promovidas com a nova rotulagem nutricional	179	
5 Conclusão	184	
	Referências.....	186

(RE)ESCREVENDO A HISTÓRIA DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DO CONSUMIDOR CELÍACO NO BRASIL

Cléa Mara Coutinho Bento	191	
1 Introdução	191	
2 Construção de um conceito jurídico de segurança alimentar para o consumidor celíaco	194	
2.1 Risco alimentar do consumidor celíaco na sociedade global de alimentação.....	195	
2.2 Controle do risco sanitário dos alimentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária	196	
2.3 Contaminação cruzada dos alimentos “sem glúten” e insegurança alimentar do consumidor celíaco.....	199	
3 Caminhos para a acessibilidade alimentar do consumidor celíaco e ‘cidadania empresarial’	201	
3.1 O problema da rotulagem “contém glúten” e “não contém glúten” no Brasil	203	
3.2 Busca de um modelo de ampliação da acessibilidade alimentar aos consumidores celíacos	205	
3.3 Modelos e propostas de ampliação da segurança alimentar do consumidor celíaco	207	
4 Considerações finais	211	
	Referências.....	212

OS DESAFIOS REGULATÓRIOS E SOCIOAMBIENTAIS NO ATUAL CONTEXTO ALIMENTAR: UM ENSAIO SOBRE COMO ENFRENTAR UM PAÍS OBESO E FAMINTO

Eleonora Jotz Fortin, Raquel Von Hohendorff	217	
1 Introdução	218	
2 Os impulsores do sistema alimentar e seus impactos socioambientais	219	
3 O papel regulatório na promoção do consumo consciente, seguro e sustentável	222	
4 Comentários finais: “Em que pé anda” o Brasil?.....	229	
	Referências.....	233

A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO OBJETO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A PROMOÇÃO DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Luciana de Almeida Gomes, Rabah Belaidi	237	
1 Introdução	237	
2 A segurança alimentar	241	
2.1 A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).....	244	
3 A soberania alimentar	246	
4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	250	
5 A contribuição do PNAE para a segurança e a soberania alimentar	252	
6 Conclusão	255	
	Referências.....	256

COMPETÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA REGULAR A PUBLICIDADE DE ALIMENTOS NA VISÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Maria Cecília Cury Chaddad	259
1 Introdução	259
2 Marco normativo	260
2.1 Direito à saúde	260
2.2 Direito à alimentação adequada	262
2.3 Direito à livre-iniciativa	263
2.4 Considerações sobre a competência reguladora da Anvisa	266
3 A visão dos tribunais superiores acerca da competência da Anvisa em matéria de publicidade de alimentos	269
3.1 Recorte metodológico	269
3.2 Casos identificados no Supremo Tribunal Federal	270
3.3 Casos identificados no Superior Tribunal de Justiça	272
3.4 Discussão	275
4 Considerações finais	277
Referências	280

CERTIFICAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS BRASILEIROS E O MODELO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Flavia Trentini, Teresa Gomes Cafolla	281
1 Introdução	281
2 Agricultura sustentável	282
3 Agricultura orgânica	288
4 Certificação dos orgânicos	295
5 Conclusão	305
Referências	306

SOBERANIA ALIMENTAR E AUTONOMIA NA TEIA DOS POVOS

Paulo Dimas Rocha de Menezes, Joelson Ferreira de Oliveira	309
1 Abertura – Contexto	309
2 Povos – Autonomia e soberania	312
3 A caminhada para a autonomia: soberanias	321
4 A concluir	327
Referências	329

PRIMAVERA PÚRPURA: UM BREVE OLHAR SOBRE ECOFEMINISMO, AGROECOLOGIA E A LUTA PELA BOA COMIDA

Silvana Beline Tavares, Sofia Alves Valle Ornelas	333
1 Introdução	333
2 Ecofeminismo: desconstruindo as opressões ecológicas e de gênero	336
3 Conclusão	348
Referências	349

DE CAMPONESES A TRABALHADORES E VICE-VERSA? DEBATENDO A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA ALIMENTAÇÃO EM PORTUGAL E NA ROMÊNIA

Irina Velicu, Irina Castro, Rita Calvário, Anastasia Oprea, Andreea OGREZEANU	351
1 Introdução	352
2 Os estudos sobre alimentação na Europa: o elo perdido da justiça	356
3 Os camponeses reivindicam o seu papel como produtores essenciais de alimentos e sementes	360
3.1 “Não temos mais autorização para produzir alimentos”	361
3.2 “A comida é algo que nos mantém vivos”	362
3.3 “O campesinato como Guardiões da Natureza”	363
3.4 “A associação tornou-me mais forte”	364
4 Conclusão: trabalhadores essenciais ou produtores essenciais?	366
Referências	369

COMIDA E REFUGIADOS: ENTRE *ENTITLEMENT* E *EMPOWERMENT*, PARA UMA MIGRAÇÃO FORÇADA SUSTENTÁVEL. O POTENCIAL DA EDUCAÇÃO GASTRONÔMICA NO SISTEMA DE ACOLHIMENTO ITALIANO

Maria Giovanna Onorati	371
1 Introdução	372
2 A “migração forçada” nas gramáticas da mobilidade	373
3 A comida na “migração forçada”: as raízes de um êxodo	376
4 As trajetórias da comida na “migração forçada”: de <i>entitlement</i> a capital	378

5	A cozinha recuperada no acolhimento: as <i>food skills</i> e a educação gastronômica como fatores de <i>empowerment</i> regenerativo	385
6	Conclusões.....	393
	Referências	394

DAS MARGENS AO CENTRO: A PREOCUPAÇÃO PÚBLICA COM O DESPERDÍCIO ALIMENTAR EM PORTUGAL, 2008-2021

Andrés Spognardi, Ana Raquel Matos		399
1	Introdução	399
2	As primeiras iniciativas contra o desperdício alimentar	401
2.1	A mobilização da sociedade civil e a resposta das autoridades políticas	402
2.1.1	As primeiras organizações dedicadas à distribuição de excedentes alimentares.....	404
2.2	As sinergias com os setores público e privado na etapa de expansão inicial.....	406
3	A institucionalização do combate ao desperdício alimentar	408
3.1	O desperdício alimentar na estratégia da União Europeia	408
3.2	O contexto português	410
4	O atual contexto da luta contra o desperdício alimentar	413
4.1	Os vínculos institucionais e sinergias das principais iniciativas.....	414
4.2	A pandemia de covid-19 e o novo marco regulatório	415
5	Observações conclusivas	417
	Referências.....	417

QUANDO TODO O RESTO DESAPARECE: SOBRE A LIBERDADE RELIGIOSA ALIMENTAR NA PRISÃO

Giovanni Blando		421
1	Introdução	421
2	A dimensão ‘prática’ da liberdade religiosa.....	423
3	As regras alimentares de tipo religioso	428
4	A liberdade religiosa alimentar do recluso	431
5	Conclusões.....	438
	Referências.....	440

CRIME E COMIDA EM PORTUGAL: DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO “FURTO DE FORMIGUEIRO” À CRIMINALIZAÇÃO DA “SEGURANÇA ALIMENTAR”

João Pedroso, Rui Caria.....		443
1	Introdução	443
2	Do direito penal de proteção da propriedade ao direito penal de proteção da vulnerabilidade: o movimento de descriminalização e o furto formigueiro.....	445
3	Do direito penal da moral à proteção do desenvolvimento das crianças e da economia.....	449
3.1	O consumo de álcool por menores	450
3.2	O crime de açambarcamento	453
4	O direito penal enquanto regulador do risco: a neocriminalização e a segurança alimentar.....	454
4.1	Cresce o mercado, cresce o risco – A segurança alimentar como epicentro dos crimes alimentares	454
4.2	A tutela da segurança alimentar	456
4.3	O fundamento da tutela da segurança alimentar	459
5	Conclusões.....	460
	Referências.....	460

O CREME COMPENSA

Eroulths Cortiano Junior		463
	Referências.....	476

SOBRE OS AUTORES.....		479
------------------------------	--	------------